

À CÂMARA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE ATIVIDADES INDUSTRIAS DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – CID/COPAM

Processo: 12193/2009/005/2016

Fase de Licenciamento: Revalidação da Licença de Operação

Empreendimento: Tear Têxtil Indústria e Comércio LTDA

Atividade: Fiação e tecelagem plana e tubular com fibras naturais e sintéticas, com acabamento

Município: Paraopeba/MG

1. Histórico

Trata-se de procedimento de **Revalidação da Licença de Operação** para o empreendimento denominado **Tear Têxtil Indústria e Comércio LTDA**.

O processo foi a julgamento na 40ª Reunião Ordinária da CID/COPAM, ocorrida em 25/05/2020 e os conselheiros representantes da FIEMG e OAB pediram vista.

2. Relatório

O empreendimento Tear Têxtil Indústria e Comércio LTDA atua no setor de fiação e tecelagem plana e tubular com fibras naturais e sintéticas, com acabamento, no município de Paraopeba - MG.

Em 02/02/2016, foi formalizado, na Supram Central Metropolitana, o processo administrativo de licenciamento ambiental de nº 12193/2009/005/2016, na modalidade de renovação de licença ambiental de operação.

O empreendimento tem capacidade instalada de 23 t/dia, tendo como produto principal: produção de tecidos de algodão, denominados “denim” com fios tintos em “índigo blue”. Como produtos secundários, produzem tecidos de algodão tintos ou estampados. Com relação à infraestrutura do empreendimento, sua área útil corresponde a 71.190 m², dos quais 26.449,44 m² correspondem às porções construídas.

Esta indústria tem 677 funcionários diretos e 06 terceirizados, em regime de 03 turnos, 24h por dia. Segundo os dados descrito no RADA e no AF nº 104638/2018, o empreendimento Tear Têxtil Indústria e Comércio LTDA tem como atividade a fabricação “Fiação e tecelagem plana e tubular com fibras naturais e sintéticas, com acabamento”, classificada pela DN Copam nº 74/2004 pelo código C-08-08-7, classe 6 e porte G, com capacidade instalada de 23 t/dia.

No RADA é informado que as matérias-primas utilizadas pelo empreendimento são algodão e os filamentos. Já os produtos gerados são: tecidos de algodão, denominado “denim”, com fios tintos em “índigo blue” (principal) e tecidos de algodão tintos ou estampados (secundários).

De acordo com o Parecer nº 44/2020, a SUPRAM CM sugere o indeferimento da Revalidação de Licença de Operação em razão de desempenho ambiental insatisfatório e avalia o cumprimento das condicionantes da LO nº 161/2012 da seguinte forma:

- Condicionante 01: Protocolar perante a Gerência de Compensação Ambiental do IEF, no prazo máximo de 30 dias contados do recebimento da Licença, processo de compensação ambiental, conforme procedimentos estipulados pela Portaria IEF nº. 55, de 23 de abril de 2012. Prazo: 30 dias **Status: Descumprida**
- Condicionante 2: Adequar os dois pontos de geração de efluente sanitário, sendo um deles localizado no galpão de fiação e o outro oriundo dos banheiros da área administrativa e vestiário. Deverá ser devidamente dimensionada pelo número de usuários caso seja adotado o tratamento por fossa séptica, filtro anaeróbica e sumidouro ou interligado com a rede coletora de efluente bruto com destino a ETE do empreendimento existente. Prazo: 90 dias. **Status: Descumprida**
- Condicionante 3: Implantar/Adequar o sistema de gerenciamento de resíduos sólidos gerados no empreendimento, com coleta, separação dos resíduos segregáveis e adequar local para triagem e armazenamento temporário desses materiais, conforme legislações vigentes. Prazo: 90 dias **Status: Descumprida**
- Condicionante 4: Apresentar o certificado de vistoria final emitido pelo Corpo de Bombeiros do Estado de Minas Gerais. Prazo: 30 (trinta) dias após a emissão do mesmo pelo CBMG **Status: Em cumprimento**
- Condicionante 05: Adotar integralmente todas as sugestões de melhoria sugeridas no estudo de percepção/geração de odores do processo têxtil abordados no escopo deste estudo. O cronograma de execução fica restrito para até 180 dias. Prazo 180 dias **Status: Condicionante justificada**
- Condicionante 06: Regularizar a emissão do efluente tratado (outorga para a emissão de efluente tratado) no córrego Matias. Prazo: 90 dias **Status: Condicionante justificada**
- Condicionante 07: Destinar integralmente os resíduos sólidos não segregáveis exclusivamente a aterro sanitário ou ao aterro industrial devidamente regularizada ambientalmente. Prazo: Durante a vigência da Licença **Status: Condicionante descumprida**
- Condicionante 08: Comunicar ao SISEMA por meio da SUPRAM CENTRAL METROPOLITANA a respeito de qualquer modificação nos equipamentos e/ou processos que causem qualquer mudança em algum parâmetro ambiental e relatar formalmente ao SISEMA todos os fatos que ocorram no empreendimento que causem ou possam causar impacto ambiental negativo imediatamente à constatação. Prazo: Durante a vigência da Licença **Status: Condicionante cumprida**

- Condicionante 9: Executar o programa de automonitoramento dos efluentes líquidos industriais e sanitários, resíduos sólidos, emissões gasosas e ruídos sonoros conforme definido pelo Programa de Automonitoramento, anexo II. **Status: Parte dos relatórios não atendidos ou apresentados intempestivamente.**
- Condicionante 10: Participar efetivamente da elaboração e execução do Projeto Produtor de Água na sub-bacia do Ribeirão do Cedro, juntamente com o CBH-Rio Paraopeba com outras instituições do 1º, 2º e 3º setor, visando a médio e segundo prazo, aumentar a quantidade e melhorar a qualidade de suas águas **Status: Cumprida**

Portanto, de acordo com o parecer da SUPRAM, o empreendimento não cumpriu 04 condicionantes (1, 2, 3 e 7) e cumpriu parcialmente o automonitoramento.

Nesse sentido, cumpre analisar ofício protocolizado pelo empreendedor na SUPRAM CM em 22/05/2020, protocolo nº 14611041 e anexo a este relato de vista, que traz informações a respeito destas condicionantes.

- Condicionante 1: O ofício informa que o requerimento para formalização de Processo de Compensação Ambiental foi protocolizado no dia 23/08/2012, dentro do prazo de 30 dias do recebimento da Licença Ambiental (30/07/2020). Além disso, cumpre ressaltar que, em 30/06/2016, conforme Parecer da SUPRAM CM, o empreendedor assinou Termo de Compromisso da Compensação Ambiental, dando fim ao processo de pagamento.
- Condicionante 2: O ofício informa que as duas fossas sépticas foram instaladas, mas não houve comunicação oficial.
- Condicionante 3: O ofício informa que foram realizadas as segregações dos resíduos e adequação do armazenamento temporário, mas sem a comunicação oficial.
- Condicionante 7: O ofício informa que até setembro de 2016 uma parte dos resíduos (Classe II) gerados eram enviados para o aterro de Paraopeba/MG, mas após esta data estes resíduos classe II passaram a ser enviados para aterro devidamente licenciado.
- Condicionante 9: O ofício informa que, quanto ao automonitoramento de efluentes, entre 2012 e 2016, 06,86% das amostras foram fora do padrão e a partir de 2017, 3,24%. Além disso, o ofício alerta que foram implantadas várias melhorias na ETE em 2019.

Nesse sentido, as informações trazidas pelo citado ofício demonstram a atual regularidade do empreendimento em relação a grande parte das condicionantes.

3. Conclusão

A SUPRAM CM sugere o indeferimento da Revalidação de Licença de Operação em razão de desempenho ambiental insatisfatório.

Contudo, diante das informações trazidas pelo ofício em anexo a este parecer, sugerimos a baixa em diligência para avaliação destes cumprimentos.



Caso a presidência da Câmara não acate a baixa em diligência, sugerimos o deferimento da Revalidação de Licença de Operação para o empreendimento Tear Têxtil, em razão dos antigos descumprimentos estarem sanados neste momento.

É o parecer.

Belo Horizonte, 15 de junho de 2020

Thiago Rodrigues Cavalcanti
Representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

Rafael Lopes Nappo
Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/MG